

Pan Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

CNPJ nº 02.628.287/0001-02



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, A Administração da Pan Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("PAN Financeira"), submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e os correspondentes Demonstrações Contábeis referentes ao semestre e exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. As informações apresentadas estão em conformidade com as normas estabelecidas pelas Leis 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e demais normas estatutárias. **Cenário Atual:** A PAN Financeira é uma empresa controlada pelo Banco PAN S.A. ("Banco"), que detém 100%

de seu capital total. **Resultados: Intermediação Financeira:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o resultado bruto com intermediação financeira foi de R\$ 247,2 milhões, frente aos R\$ 32,6 milhões em 31 de dezembro de 2023. **Resultado Líquido:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o lucro acumulado totalizou R\$ 270,1 milhões, frente ao lucro acumulado de R\$ 20,1 milhões em 31 de dezembro de 2023. **Patrimônio Líquido:** O patrimônio líquido da PAN Financeira totalizou R\$ 1.025,1 milhões em dezembro de 2024, frente aos R\$ 263,5 milhões em dezembro de 2023. **Auditor Independente:** As Demonstrações Contábeis da PAN Financeira passaram a ser auditadas, a partir do 1º trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. ("PwC"). De acordo com o

teor da Instrução CVM nº 162/22, a PAN Financeira não contratou e nem teve serviços prestados pela PwC não relacionados à auditoria externa neste período. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

São Paulo, 28 de janeiro de 2025

A Diretoria

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Para o 2º Semestre de 2024 e os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

Nota explicativa	2º Semestre 2024				31/12/2024				31/12/2023			
	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023				
Receitas da intermediação financeira												
Receitas de operações de crédito	7.d	78.476	214.352	2.231	78.476	214.352	2.231	78.476	214.352	2.231	78.476	214.352
Receitas de aplicações em depósitos interfinanceiros	5.b	14.736	16.897	30.235	14.736	16.897	30.235	14.736	16.897	30.235	14.736	16.897
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.b	18.711	19.219	99	18.711	19.219	99	18.711	19.219	99	18.711	19.219
Despesas da intermediação financeira		(19)	(3.244)	-	(19)	(3.244)	-	(19)	(3.244)	-	(19)	(3.244)
Operações de captação no mercado	11.b	-	(3.219)	-	-	(3.219)	-	-	(3.219)	-	-	(3.219)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.c	(19)	(25)	-	(19)	(25)	-	(19)	(25)	-	(19)	(25)
Resultado bruto da intermediação financeira		111.904	247.224	32.565	111.904	247.224	32.565	111.904	247.224	32.565	111.904	247.224
Outras receitas/(despesas) operacionais		(15.279)	(32.108)	349	(15.279)	(32.108)	349	(15.279)	(32.108)	349	(15.279)	(32.108)
Receitas de prestação de serviços	15	6.738	7.941	11	6.738	7.941	11	6.738	7.941	11	6.738	7.941
Despesas de pessoal	15	(3.747)	(4.447)	(318)	(3.747)	(4.447)	(318)	(3.747)	(4.447)	(318)	(3.747)	(4.447)
Outras despesas administrativas	16	(4.932)	(8.297)	(2.786)	(4.932)	(8.297)	(2.786)	(4.932)	(8.297)	(2.786)	(4.932)	(8.297)
Despesas tributárias	17	(5.905)	(12.339)	(1.937)	(5.905)	(12.339)	(1.937)	(5.905)	(12.339)	(1.937)	(5.905)	(12.339)
Despesas de provisões	18	(6.219)	(6.219)	3.936	(6.219)	(6.219)	3.936	(6.219)	(6.219)	3.936	(6.219)	(6.219)
Depreciação e amortização	10.b	(3.097)	(2.798)	(233)	(3.097)	(2.798)	(233)	(3.097)	(2.798)	(233)	(3.097)	(2.798)
Outras (despesas)/receitas operacionais	19	(2.987)	(5.949)	1.354	(2.987)	(5.949)	1.354	(2.987)	(5.949)	1.354	(2.987)	(5.949)
Resultado operacional		96.625	215.116	32.914	96.625	215.116	32.914	96.625	215.116	32.914	96.625	215.116
Resultado não operacional		20	2	5	20	2	5	20	2	5	20	2
Retribuição antes dos tributos		96.627	215.118	32.919	96.627	215.118	32.919	96.627	215.118	32.919	96.627	215.118
Tributos sobre o lucro		93.958	55.008	(12.821)	93.958	55.008	(12.821)	93.958	55.008	(12.821)	93.958	55.008
Provisão para imposto de renda		(16.937)	(37.682)	(4.021)	(16.937)	(37.682)	(4.021)	(16.937)	(37.682)	(4.021)	(16.937)	(37.682)
Provisão para contribuição social		(10.443)	(23.242)	(2.615)	(10.443)	(23.242)	(2.615)	(10.443)	(23.242)	(2.615)	(10.443)	(23.242)
Ativo fiscal diferido		121.338	115.932	(6.098)	121.338	115.932	(6.098)	121.338	115.932	(6.098)	121.338	115.932
Lucro líquido		190.585	270.126	20.098	190.585	270.126	20.098	190.585	270.126	20.098	190.585	270.126
Lucro básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuíveis aos acionistas - R\$		8.307,11	12.431,45	1.827,08	8.307,11	12.431,45	1.827,08	8.307,11	12.431,45	1.827,08	8.307,11	12.431,45

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Para o 2º Semestre de 2024 e os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	2º Semestre 2024				31/12/2024				31/12/2023			
	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023				
Lucro líquido												
Itens que serão subsequentemente lançados ao resultado		(99)	(129)	11	(99)	(129)	11	(99)	(129)	11	(99)	(129)
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda		(163)	(81)	(7)	(163)	(81)	(7)	(163)	(81)	(7)	(163)	(81)
Efeito tributário		64	(23)	16	64	(23)	16	64	(23)	16	64	(23)
Resultado Abrangente do Período		190.486	269.997	20.109	190.486	269.997	20.109	190.486	269.997	20.109	190.486	269.997
Atribuível a:												
Acionistas Controladores		190.486	269.997	20.109	190.486	269.997	20.109	190.486	269.997	20.109	190.486	269.997

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Para o 2º Semestre de 2024 e os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	2º Semestre 2024				31/12/2024				31/12/2023			
	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023				
Fluxo de caixa das atividades operacionais:												
Lucro líquido		190.585	270.126	20.098	190.585	270.126	20.098	190.585	270.126	20.098	190.585	270.126
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa: (Reverso)/Constituição de provisões civis, trabalhistas e tributárias	11	3.017	6.219	(3.936)	3.017	6.219	(3.936)	3.017	6.219	(3.936)	3.017	6.219
Atualizações monetárias das provisões civis, trabalhistas e tributárias	11	1.378	2.626	(624)	1.378	2.626	(624)	1.378	2.626	(624)	1.378	2.626
Depreciação e amortização	16	1.399	2.798	233	1.399	2.798	233	1.399	2.798	233	1.399	2.798
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		19	25	-	19	25	-	19	25	-	19	25
(Desvalorização)/Reverso de outros valores e bens	20	(5)	(5)	(8)	(5)	(5)	(8)	(5)	(5)	(8)	(5)	(5)
Resultado na alienação de outros valores e bens	20	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Imposto de renda e contribuição social - diferido		(121.338)	(115.932)	6.185	(121.338)	(115.932)	6.185	(121.338)	(115.932)	6.185	(121.338)	(115.932)
Resultado líquido ajustado		75.058	165.900	21.951	75.058	165.900	21.951	75.058	165.900	21.951	75.058	165.900
Varição de ativos e passivos:												
Redução/(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		23.888	(116.699)	83.917	23.888	(116.699)	83.917	23.888	(116.699)	83.917	23.888	(116.699)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários		(18.711)	(19.219)	-	(18.711)	(19.219)	-	(18.711)	(19.219)	-	(18.711)	(19.219)
(Aumento) em operações de crédito		(199.123)	(159.492)	(91.664)	(199.123)	(159.492)	(91.664)	(199.123)	(159.492)	(91.664)	(199.123)	(159.492)
(Aumento)/(Aumento) em ativos fiscais		104.023	104.317	(1.176)	104.023	104.317	(1.176)	104.023	104.317	(1.176)	104.023	104.317
(Aumento) em outros ativos		(1.245)	(4.265)	(4.265)	(1.245)	(4.265)	(4.265)	(1.245)	(4.265)	(4.265)	(1.245)	(4.265)
Redução/(Aumento) em outros valores e bens		88	141	(6)	88	141	(6)	88	141	(6)	88	141
(Redução) em provisões		(1.618)	(3.862)	(3.426)	(1.618)	(3.862)	(3.426)	(1.618)	(3.862)	(3.426)	(1.618)	(3.862)
Aumento em obrigações fiscais		4.068	42.313	7.451	4.068	42.313	7.451	4.068	42.313	7.451	4.068	42.313
Aumento em outros passivos		4.741	584	10.238	4.741	584	10.238	4.741	584	10.238	4.741	584
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		17.838	11.543	(6.428)	17.838	11.543	(6.428)	17.838	11.543	(6.428)	17.838	11.543
Resultado líquido proveniente das atividades operacionais		9.007	29.272	17.792	9.007	29.272	17.792	9.007	29.272	17.792	9.007	29.272
Fluxo de caixa das atividades de investimento:												
Aumento de capital		(499.798)	(509.805)	-	(499.798)	(509.805)	-	(499.798)	(509.805)	-	(499.798)	(509.805)
(Aquisição) de intangível		(1.638)	(1.638)	(13.991)	(1.638)	(1.638)	(13.991)	(1.638)	(1.638)	(13.991)	(1.638)	(1.638)
Caixa líquido (usado) nas atividades de investimento		(501.436)	(511.443)	(13.991)	(501.436)	(511.443)	(13.991)	(501.436)	(511.443)	(13.991)	(501.436)	(511.443)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:												
Aumento de capital		500.014	500.014	0	500.014	500.014	0	500.014	500.014	0	500.014	500.014
Caixa líquido proveniente nas atividades de financiamento		500.014	500.014	0	500.014	500.014	0	500.014	500.014	0	500.014	500.014
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa e equivalentes de caixa no início do período		7.585	13.943	3.801	7.585	13.943	3.801	7.585	13.943	3.801	7.585	13.943
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		10.168	3.810	9	10.168	3.810	9	10.168	3.810	9	10.168	3.810
Informações complementares sobre o fluxo de caixa												
Juros recebidos		20.875	62.675	32.542	20.875	62.675	32.542	20.875	62.675	32.542	20.875	62.675

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Para o 2º Semestre de 2024 e os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	2º Semestre 2024				31/12/2024				31/12/2023			
	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	2º Semestre 2024	31/12/2024						

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA PAN FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

13) Outros passivos:

	31/12/2024	31/12/2023
Dividendos a pagar	8.399	-
Despesas de pessoal	3.969	4.909
Valores a pagar a sociedades ligadas	3.408	4.482
Arrecadação de cobrança	1.700	569
Operações vinculadas a cessão	1.155	-
Tarifas de serviços a repassar	763	115
Outras despesas administrativas	250	135
Levantamento depósitos judiciais a processar	37	113
Outros	298	673
Total	19.979	10.996
Circulante	11.580	10.996
Não circulante	8.399	-

14) Patrimônio líquido: a) Composição do capital social em quantidade de ações: O capital social é de R\$ 856.749, representado por 41.836 ações ordinárias e nominativas em 31/12/2024, e R\$ 356.735 em 31/12/2023, representado por 11.000 ações ordinárias e nominativas. Em 30/07/2024 o Conselho de Administração do Banco PAN aprovou a proposta de aumento de capital da PAN Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("PAN Financeira"). Referido aumento foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da PAN Financeira realizada em 26/08/2024, no valor de R\$ 1.000.026.898,00 (um bilhão, vinte e seis mil, oitocentos e noventa e oito reais), aumento este que foi homologado pelo Bacen em 09/12/2024. b) Reservas de lucros: Reserva legal - Nos termos do estatuto social, a PAN Financeira deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado da PAN Financeira. Ademais, a PAN Financeira poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social. c) Dividendos: Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 5% sobre o lucro líquido anual ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. a) Lucro básico e diluído por ação: O lucro por ação básico foi calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação e está demonstrado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	270.126	20.098
Quantidade ponderada de ações ordinárias em circulação	21.729	11.000
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas ordinários da Companhia - em R\$	12.431,45	1.827,08

15) Despesa de pessoal:

	31/12/2024	31/12/2023
Proventos	2.676	235
Encargos sociais	803	47
Benefícios	968	36
Total	4.447	318

16) Outras despesas administrativas:

	31/12/2024	31/12/2023
Serviços do sistema financeiro	4.976	351
Processamento de dados	2.046	219
Serviços de terceiros	1.056	2.051
Outras	219	165
Total	8.297	2.786

17) Despesas tributárias:

	31/12/2024	31/12/2023
Contribuição à COFINS	10.176	1.316
Contribuição ao PIS	1.654	214
Imposto sobre serviços	397	17
Impostos e taxas	112	390
Total	12.339	1.937

18) Despesas de provisões:

	31/12/2024	31/12/2023
(Provisão)/reversão de processos cíveis	(4.385)	146
(Provisão)/reversão de processos tributários	(1.786)	3.327
(Provisão)/reversão de processos trabalhistas	(48)	463
Total	(6.219)	3.936

19) Outras receitas/(despesas) operacionais:

	31/12/2024	31/12/2023
Variação monetária	(1.091)	1.708
Despesas com operações de créditos cedidas	(1.950)	-
Despesas projetadas	(2.999)	(497)
Outras	91	143
Total	(5.949)	1.354

20) Resultado não operacional:

	31/12/2024	31/12/2023
Reversão/(desvalorização) de outros valores e bens	5	8
Resultado na alienação de outros valores e bens	(3)	(3)
Total	2	5

21) Saldos e transações com partes relacionadas: As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
	Prazo Máximo	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades		17.643	3.594	-
Banco PAN S.A.	Sem prazo	17.643	3.594	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez		277.436	160.866	16.897
Banco PAN S.A. (a)	05/12/2025	277.436	160.866	16.897
Valores a receber		4.833	4.574	-
Banco PAN S.A.	31/01/2025	3.775	4.506	-
Too Seguros (b)	31/01/2025	1.058	68	-
Valores a pagar		(3.408)	(4.482)	-
Banco PAN S.A.	31/01/2025	(1.772)	(4.420)	-
Too Seguros (b)	31/01/2025	(1.622)	(40)	-
Banco BTG S.A. (c)	31/01/2025	(14)	(22)	-
Dividendos a pagar		(8.399)	-	-
Banco PAN S.A.	31/12/2025	(8.399)	-	-
Recarga de prestação de serviços		-	6.799	73
Too Seguros (d)	Sem prazo	-	6.799	73

(a) Referem-se a aplicações com taxas equivalentes às do CDI; (b) Referem-se a valores de Seguros Empréstimo Pessoal - FGTS; (c) Refere-se a repasse de empréstimo consignado - Ali Crédito; (d) Refere-se a comissão paga a PAN Financeira pela intermediação de seguros. 22) Instrumentos financeiros: Gestão de riscos: A PAN Financeira é uma subsidiária integral do Grupo BTG Pactual e possui exposição em ativos e passivos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação. A Administração é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é da Diretoria de Controladoria e Compliance que mantém relação de interdependência em relação às áreas de negócios e de operações. • Gestão do capital: A PAN Financeira considera a gestão de capital como um dos pilares estratégicos que é executado de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos da PAN Financeira e sempre dentro dos limites de capital estabelecidos pelo Órgão regulador. A estrutura de gerenciamento de capital do Grupo PAN é compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e serviços e com sua exposição a riscos. Limite operacional - Acordo da Basileia: A partir da data-base 30/06/2021, o Banco BTG Pactual passou a exercer, de forma individual, o controle do Banco PAN e, consequentemente, passou a fazer parte do grupo de empresas que compõem o Conglomerado Econômico-Financeiro do BTG Pactual, o qual reporta de maneira consolidada, ao BACEN, os indicadores de Capital. Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos e de capital podem ser consultados no site www.btgpactual.com.br/ri na seção Governança Corporativa/Gerenciamento de Risco. • Risco de crédito: Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A gestão de risco de crédito é composta por políticas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela PAN Financeira. • Risco de mercado: Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas e descasamentos de prazos entre os ativos e passivos da Instituição. As operações da PAN Financeira estão expostas unicamente às variações das taxas de juros, cujos riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas. • Risco de liquidez: Refere-se à possibilidade de a PAN Financeira não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive às decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade da PAN Financeira não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados. São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira. • Risco operacional: Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação

de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela PAN Financeira, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela PAN Financeira. 23) Imposto de renda e contribuição social: a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	215.118	32.919
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes (1)	(86.047)	(13.168)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Outros valores (2)	116.867	347
Ativação de crédito tributário	24.188	-
Resultado de imposto de renda e contribuição social	55.008	(12.821)

1. As alíquotas vigentes: (i) provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%; (ii) contribuição social sobre o lucro é calculada para PAN Financeira à alíquota de 15%; e 2. Inclui: (i) parcela isenta de tributo adicional sobre imposto de renda; e (ii) baixa de créditos tributários e passivo fiscal diferido decorrentes de mudança de entendimento acerca do tratamento dispensado aos efeitos de superveniência/(insuficiência) de depreciação e (iii) IRPJ e CSLL sobre atualização monetária pela taxa SELIC de débitos (Tema 962 do STF). 3. Ativação parcial de Crédito Tributário de Prejuízo Fiscal e Base Negativa em decorrência da aplicação de novas premissas no plano de negócios da PAN Financeira e, consequentemente, na expectativa de realização destes créditos. b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2024
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-	10	-	10
Provisão para contingências cíveis	24	1.969	(1.688)	305
Provisão para contingências trabalhistas	44	19	-	63
Provisão para contingências tributárias	11.733	2.347	(638)	13.442
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	92	-	(2)	90
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	-	79	-	79
Outras provisões	15	2.130	(1.674)	471
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	11.908	6.554	(4.002)	14.460
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	6.763	140.021	(142.395)	4.389
Total dos créditos tributários	18.671	146.575	(146.397)	18.849
Obrigações fiscais diferidas	(46)	(21)	67	-
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	18.625	146.554	(146.330)	18.849

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social: A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base no estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 31/12/2024, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. Referida projeção de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28/01/2025. O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias forem revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito, forem compensados. Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos:

	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal e base negativa	Total
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
2024	-	1.534	2.159
2025	2.451	1.361	4.389
2026	2.438	1.744	2.272
De 2027 a 2030	9.571	7.269	9.571
Total	14.460	11.908	4.389

Em 31/12/2024, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando-se a taxa média de captação, totalizava R\$ 11.998 (R\$ 13.025 em 31/12/2023). d) Créditos tributários não ativados: Durante o ano 2024, a PAN Financeira ativou todo o prejuízo fiscal de aproximadamente R\$ 352.473 (R\$ 352.473 em 31/12/2023), sobre os quais foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 140.989 (R\$ 140.989 em 31/12/2023).

24) Outras informações: Em 31/12/2024 e em 31/12/2023, a PAN Financeira não apresentava posições ativas ou passivas relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos. 25) Resultado corente e não recorrente: Não ocorreram eventos não recorrentes nas datas-bases de 31/12/2024 e 31/12/2023.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Carlos Eduardo Pereira Guimarães	Diogo Ciuffo da Silva	Alex Sander Moreira Gonçalves

DIRETORIA	
Leonardo Ricci Scutti	Carlos Eduardo Pereira Guimarães

CONTADOR	
Tiago Rachid Cambria - CRC 1SP266263/0-0	

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em observância às disposições constantes no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80/22, a Diretoria da PAN Financeira S.A. declara que discutiu, reviu e concordou com as Demonstrações Contábeis relativas ao período findo em 31/12/2024.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em observância às disposições constantes no artigo 27, § 1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80/22, a Diretoria da PAN Financeira S.A. declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes referente às Demonstrações Contábeis relativas ao período findo em 31/12/2024. São Paulo, 28 de janeiro de 2025.


RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas. PAN Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos: **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da PAN Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado:** A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Instituição e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações

contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis,

independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2025

 **Fábio de Oliveira Araújo**
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/0-5 Contador CRC 1SP241313/0-3

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 21/02/2025 A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/02/21/PANFINANCEIRA1580972721022025.pdf>
Hash: 1741891080da25dec7852f4daf9d9854a0b9568beb